

O horizonte democrático



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN
CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN
IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO
PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE



ARMÊNIO GUEDES (*In memoriam*)

Presidente de Honra: LUIZ WERNECK VIANNA

Conselho Curador

Presidente: LUCIANO SANTOS REZENDE

Vice-Presidente: CAETANO ERNESTO PEREIRA DE ARAÚJO

Secretário: ARLINDO FERNANDES DE OLIVEIRA

Diretoria Executiva

Diretor Geral: MARCO AURELIO MARRAFON

DIRETOR FINANCEIRO: RAIMUNDO BENONI FRANCO

ANA STELA ALVES DE LIMA – JANE MONTEIRO NEVES – HENRIQUE MENDES DAU
LUIZ CARLOS AZEDO – MARIA DULCE REIS GALINDO

Alessandro Ferrara

O HORIZONTE DEMOCRÁTICO
O hiperpluralismo
e a renovação do liberalismo político

Tradução
Marcelo Bamonte Seoane



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

F412h Ferrara, Alessandro.
O horizonte democrático : o hiperpluralismo e a renovação do liberalismo político
/ Alessandro Ferrara ; tradutor : Marcelo Bamonte Seoane. – Campinas, Editora da
Unicamp ; Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2022.

Título original: *The democratic horizon*.

1. Democracia. 2. Liberalismo. 3. Pluralismo. 4. Multiculturalismo. 5. Governança.
I. Seoane, Marcelo Bamonte. II. Título.

CDD – 321.8
– 320.51
– 323.1
– 320.561
– 351

ISBN 978-85-268-1577-3 (Editora da Unicamp)
ISBN 978-65-87991-22-1 (Fundação Astrojildo Pereira)

Copyright © Alessandro Ferrara
Copyright © 2022 by Editora da Unicamp
by Fundação Astrojildo Pereira

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade do autor e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

Fundação Astrojildo Pereira
Edifício OK - Office Tower - Asa Sul
SAUS Quadra 05, Bloco K, Lote 04, Térreo Sala nº 28
CEP 70070-937 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (61) 3011-9300
www.fundacaoastrojildo.org.br

Sumário

<i>Prefácio e agradecimentos</i>	9
Introdução	15
1 Razões que movem a imaginação: política democrática no seu ponto mais alto	43
1.1 - Definindo política	43
1.2 - A autonomia da política no horizonte global	48
1.3 - Os blocos de construção da política: discurso, julgamento, reconhecimento e o presente	52
1.4 - Política (normal e no seu ponto mais alto), razões e imaginação	59
2 Democracia e abertura	69
2.1 - <i>Éthos</i> da democracia	70
2.2 - A paixão pela abertura	73
2.3 - A genealogia da abertura	76
2.4 - Abertura, ágape, hospitalidade e generosidade: vistas contemporâneas do <i>éthos</i> da democracia	80
2.5 - A importância filosófica da relação da democracia com a abertura	90
3 Pluralismo reflexivo e a volta conjectural	97

3.1 - Variedades do secularismo.....	97
3.2 - Variedades de pluralismo.....	101
3.3 - Cristianismo e pluralismo: Robert Bellah sobre sentir-se (não totalmente) em casa na igreja.....	107
3.4 - Duas tradições proféticas no judaísmo antigo	110
3.5 - Islã, liberalismo e pluralismo: uma abordagem conjectural.....	113
4 O hiperpluralismo e a polis democrática multivariada	123
4.1 - O que é hiperpluralismo?	125
4.2 - Interpretações agonísticas do hiperpluralismo e seus limites.....	128
4.3 - Estratégias “ <i>passé-partout</i> conjectural” e de “posição original” para abordar o hiperpluralismo.....	137
4.4 - Uma suposição desnecessária, o ensino do direito dos povos e a polis democrática multivariada.....	143
5 <i>Cuius religio, eius res publica</i>. Sobre democracias múltiplas.....	149
5.1 - Da “ascensão do racionalismo moderno” a “modernidades múltiplas” através da redescoberta da idade axial	150
5.2 - A axialidade da idade axial e suas dificuldades: uma reformulação	154
5.3 - Uma multiplicidade de culturas democráticas	164
5.4 - Consonâncias na diversidade	167
5.5 - Dissonâncias persistentes: o “ <i>éthos</i> da democracia” no plural	172
5.6 - Conclusão	177
6 Multiculturalismo: <i>Negação ou realização do liberalismo?</i>.....	187
6.1 - O problema do multiculturalismo.....	189
6.2 - Argumentos justificativos em favor do multiculturalismo.....	195

6.3 - A continuidade do multiculturalismo e do liberalismo político.....	204
7 Além da nação: <i>Governança e democracia deliberativa</i> ...	215
7.1 - A segunda transformação da democracia.....	216
7.2 - O que é democracia deliberativa?.....	219
7.3 - Governo e governança	222
7.4 - Governança democrática: vantagens interpretativas da visão deliberativa	233
8 Verdade, justificação e liberalismo político.....	241
8.1 - O mito da caverna de Rawls e Platão: uma nova versão ..	243
8.2 - Uma concepção “política” de verdade é possível?	247
8.3 - Verdade e justificação pela perspectiva das concepções “abrangentes” de verdade	252
8.4 - Uma “concepção política de verdade” integrada e dual...	258
Conclusão.....	271
Referências bibliográficas.....	285

Prefácio e agradecimentos

O horizonte democrático nasceu de uma preocupação com a democracia, a herança do “liberalismo político” e as fontes estéticas da normatividade. Em todo o mundo, a democracia enfrenta desafios sem precedentes, alguns dos quais ironicamente decorrentes de seu próprio sucesso em se estabelecer como horizonte, como a única forma de governo plenamente legítima. Neste livro, investigo a contribuição para a superação daqueles obstáculos que podem ser extraídos do arcabouço normativo desenvolvido por Rawls em *O liberalismo político*, uma vez que todo o seu potencial é liberado na tripla direção de repensar e pluralizar o *éthos* democrático, lidar com o hiperpluralismo que permeia nossos espaços políticos e encontrar os caminhos adequados, por meio de argumentos conjecturais, para que a justificação política alcance e inclua o parcialmente razoável. No curso da argumentação, as fontes estéticas de normatividade que constituíram o objeto de minha investigação no passado – a exemplaridade, o julgamento, a imaginação – muitas vezes serão resgatadas para complementar os recursos conceituais de um liberalismo político revisitado. Com efeito, por sua abertura ao fato do pluralismo, aos fardos do julgamento e às políticas decentes não liberais – e no momento ainda inexplorado de julgamento e exemplaridade inerente à razão pública e ao padrão constituído pelo “mais razoável para nós” –, o liberalismo político é, entre os alicerces filosóficos gerais disponíveis hoje, o mais capaz de abordar e explicar a complexa interação da democracia e do que chamo de normatividade da identidade.

Os capítulos deste livro têm como base materiais apresentados em conferências, workshops e seminários, mas revisados e ampliados com base no valioso *feedback* então recebido. A introdução, na qual consta uma avaliação das “condições inóspitas” para a democracia nas complexas sociedades atuais, surgiu da discussão que ocorreu em um *workshop* promovido pelo Centro Estudios Democraticos e pelo Istituto Italiano di Cultura, em Lisboa, em janeiro de 2012, e no curso de verão ASSET 2012 sobre representação política em uma sociedade plural organizada pela Fondazione Marcianum Venezia, em setembro de 2012. Em ambas as ocasiões, contei com o *feedback* de muitos colegas, entre os quais destaco Giuseppe Ballacci, Massimo Luciani, Mihaela Mihai, Serdar Tekin e Mathias Thaler.

O capítulo 1, “Razões que movem a imaginação: política democráticas no seu ponto mais alto”, teve como origem um pequeno artigo apresentado na conferência “Che cos’è la politica? Paradigmi del pensiero politico contemporaneo a confronto”, que aconteceu na Universidade de Veneza de 24 a 25 de março de 2007, e que mais tarde foi proferido como a palestra intitulada “Una reflexión sobre la politica” na Fundación Juan March, em Madri, em novembro de 2007, e em uma versão revisada na conferência “Filosofia e ciências sociais” em Praga, em 2008. Também foi discutido sob o título “La politica en su forma mejor: razones que mueven la imaginación” na conferência “Crear cultura, imaxinar país”, Consello de Cultura Gallega, Santiago de Compostela, em 2008, e como “Política e imaginação” na Universidade College London em janeiro de 2009. Pelas muitas sugestões recebidas em cada ocasião, gostaria de agradecer a Amy Allen, Richard Bellamy, Fina Birulés, Chiara Bottici, Marina Calloni, Dario Castiglione, Leonardo Ceppa, Maeve Cooke, Claudio Corradetti, Lucio Cortella, Paolo Costa, Mariano Croce, Manuel Cruz, Dimitri d’Andrea, Pieter Duvenage, Javier Gomá, María Pía Lara, Ramon Maiz, Virginio Marzocchi, Stefano Petrucciani, Walter Privitera, Elena Pulcini, Carlos Thiebaut e Fernando Vallespin. Uma versão desse capítulo foi publicada em *The Politics of Imagination*,¹ pelo que sou grato aos editores e à editora.

O capítulo 2, “Democracia e abertura”, foi desenvolvido a partir de um artigo apresentado na conferência “Affect, Imagination and Democratic Values”, na Universidade de Virginia, Charlottesville, de 2 a 3 de abril

de 2010, e depois discutido no programa de doutorado em filosofia e ciências sociais da Universidade de Roma “Tor Vergata” na Fondazione Basso e no Istituto Sturzo em Roma, bem como no Centro Estudos Democráticos da Universidade de Coimbra, Portugal, em 2012. Agradeço a David Alvarez, William Connolly, Gianni Dessì, Bryan Garsten, Tonino Griffero, Giacomo Marramao, Massimo Rosati e Stephen K. White – e novamente a Giuseppe Ballacci, Mihaela Mihai, Serdar Tekin e Mathias Thaler – os comentários e o incentivo.

O capítulo 3, “Pluralismo reflexivo e a volta conjectural”, surgiu de meu envolvimento com os seminários de Istambul organizados pela ResetDoc/Dialogues sobre civilizações; foi apresentado e debatido em Istambul, em 2008, e publicado pela primeira vez em *Philosophy and Social Criticism* [Filosofia e crítica social].² Pelos comentários, meus agradecimentos vão para Seyla Benhabib, Giancarlo Bosetti, Jean Cohen, Maeve Cooke, Drucilla Cornell, Abdou Filali-Ansary, Nina zu Fürstenberg, Nilufer Göle, Jürgen Habermas, Ramin Jahanbegloo e David Rasmussen.

O capítulo 4, “Hiperpluralismo e a *polis* democrática multivariada”, inicialmente foi apresentado como breve intervenção em um debate na conferência “Rawls and Religion”, organizada pela Universidade Luis Guido Carli, em Roma, e depois desenvolvido como artigo apresentado nos seminários de Istambul de 2011 e discutido na conferência de Praga “Filosofia e ciências sociais”, em 2012. Foi publicado pela primeira vez (sem as seções sobre interpretações agonísticas do hiperpluralismo e sobre estratégias alternativas para lidar com o hiperpluralismo) em *Filosofia e crítica social*.³ Nessas ocasiões, recebi de Abdullahi An-Na’im, Tom Bailey, Dario Castiglione, Valentina Gentile, Sebastiano Maffettone, Andrew March e Mark Rosen importantes sugestões e críticas sobre as ideias apresentadas neste capítulo.

O capítulo 5, “*Cuius Religio, Eius Res Publica*: sobre democracias múltiplas”, foi apresentado no *workshop* “Multiple Modernities and Global Postsecular Society”, organizado pelo Center for Religions and Political Institutions in Post-Secular Society, em maio de 2011, em Roma; na 5ª Conferência Internacional da Teoria Crítica, organizada no John Felice Rome Center da Universidade de Loyola, em maio de 2012; e na mesa-redonda “Superar o pós-colonialismo: da disputa civilizacional à renovação do diálogo” dos seminários ResetDoc em Istambul, em 2012. Uma versão do capítulo foi publicada como “From Multiple Modernities

to Multiple Democracies”, em *Multiple Modernities and Postsecular Societies*.⁴ Agradeço a Alexander Agadjanian, Giuliano Amato, Matteo Bortolini, Stefano Giacchetti, Enzo Pace, Massimo Rosati, Kristina Stoeckl, Roberto Toscano e Peter Wagner as muitas perguntas interessantes e desafiadoras.

O capítulo 6, “Multiculturalismo: negação ou realização do liberalismo?”, foi discutido no curso de verão sobre direitos humanos, minorias e gestão da diversidade, organizado pela Academia Europeia, em Bozen, em julho de 2012, com ajuda de comentários e sugestões de Claudio Corradetti, Joseph Marko e outros.

O capítulo 7, “Além da nação: governança e democracia deliberativa”, surgiu como documento para a conferência “Governare il lavoro e il Welfare attraverso la democrazia deliberative”, Cnel, em Roma, em outubro de 2006, e foi revisado após discussões subseqüentes, inclusive a que aconteceu na conferência “La liberal-democrazia tra globalizzazione e governance”, na Universidade de Palermo, em 2007, e em um *workshop* sobre “Justiça e governança na comunidade internacional”, no 24º Congresso Mundial IVR, em Pequim, 2009. Agradeço a Marzia Barbera, Luigi Ferrajoli, Nino Palumbo, Stefano Petrucciani, Jacob Dahl Rendtorff, Francesco Riccobono, Asger Sørensen e Salvo Vaccaro.

O capítulo 8, “Verdade, justificação e liberalismo político”, foi apresentado na conferência “Filosofia e politica”, na Università Statale de Milão, em 2009, e em uma mesa sobre “Verità e democrazia” organizada pela Biennale della Democrazia, em Turim, em 2009. Também foi discutido na conferência de Praga “Filosofia e ciências sociais”, em maio de 2010, e na conferência “Verità in una società plurale” na Università Ca’ Foscari, em Veneza, em setembro de 2011, e apresentado como palestra na Faculdade de Filosofia da Università Vita-Salute San Raffaele, em Milão, em 2011. O texto passou por várias revisões, feitas após sugestões de Ken Baynes, Antonella Besussi, Matteo Bianchin, Maeve Cooke, Lucio Cortella, Roberta de Monticelli, Nancy Fraser, Elisabetta Galeotti, Diego Marconi, Giacomo Marramao, Mario Ruggenini, Roberta Sala e Marco Santambrogio.

Muito outros colegas e amigos além dos aqui mencionados contribuíram para as ideias deste livro em conversas e trocas, formais e informais, ao vivo ou por *e-mail*. Registro minha gratidão a Bruce Ackerman, Seyla Benhabib, Michelangelo Bovero, Luigi Caranti, Furio Cerutti, Vittorio

Cotesta, Franco Crespi, Rainer Forst, Claudia Hassan, Charles Larmore, Massimo Pendenza, Hartmut Rosa, Ingrid Salvatore e William Scheuermann

Finalmente, dois revisores da Cambridge University Press levantaram importantes sugestões para o original submetido. Obrigado pelas alterações que melhoraram este livro. Obviamente, quaisquer falhas restantes são de minha responsabilidade.

Roma, abril de 2013.

NOTAS

¹ Bottici & Challand (ed.), 2011, pp. 38-54.

² *Philosophy and Social Criticism*, 2010, vol. 36, n. 3-4, pp. 353-364.

³ *Idem*, 2012, vol. 38, n. 4-5, pp. 435-444.

⁴ Rosati & Stoeckl (ed.), 2012, pp. 17-40.

Introdução

A democracia é um modo *particular* de vida individual [...]. É a apropriação e o uso contínuo de certas atitudes, que formam o caráter pessoal e determinam o desejo e o propósito em todas as relações da vida. Em vez de pensar nossas disposições e nossos hábitos como acomodados a certas instituições, temos de aprender a pensá-los como expressões, projeções e extensões de atitudes pessoais habitualmente dominantes.

John Dewey, “Democracia criativa – a tarefa diante de nós”

O ideal democrático na política exige diretamente o governo dos governados. “Democracia” em nosso tempo significa algo além do domínio da maioria ou da massa em oposição aos poucos, aos melhores ou “ao único”. Significa que a prática política de um país não é correta – não é como deveria ser – a menos que, em última análise, o povo do país esteja sob seu próprio domínio.

Frank Michelman, “Como as pessoas podem fazer as leis?”

É inerente à democracia uma propensão à inovação, não à preservação da tradição, e nisso reside a afinidade do sistema democrático com a *abertura*. Escusado dizer que a democracia também tem uma tradição própria – um cânone, uma constelação de formas e rituais – e um *éthos* próprio. Sua especificidade, porém, é a capacidade de se transformar, de se abrir ao novo. Nascida em Atenas, onde algumas dezenas de milhares de cidadãos criariam as leis a que obedeceriam, tornou-se a forma de governo das sociedades modernizadas que contam com dezenas e centenas de milhões de cidadãos e transformou-se em democracia *representativa* para remediar a óbvia impossibilidade de convocar fisicamente os *demos* em uma única praça pública.

Há algumas décadas – praticamente desde ontem, dada sua história bimilenar –, a democracia tornou-se um regime sem antagonistas, um *horizonte* inquestionável partilhado por todas as sociedades avançadas do mundo ocidental.¹ Paradoxalmente, como veremos, essa transformação ocorre num momento em que as condições sociais, históricas e culturais sob as quais a política democrática há muito estabelecida está funcionando se veem cada vez mais “inóspitas” e num momento em que, para muitos povos ao redor do mundo, a democracia tornou-se uma aspiração irrenunciável. De fato, ela pode muito bem seguir a mesma trajetória do Estado-nação: nascida na Europa com a ascensão das monarquias absolutas a partir da fragmentação feudal do antigo Império Romano, exportada pelo colonialismo e sobreposta a variedades locais de associação política, depois de quatro séculos essa forma política tornou-se a pretensão de cada movimento de libertação anti ou pós-colonial de regimes autocráticos ou oligárquicos. O último desses Estados-nação, agora a caminho da vida política, é o Sudão do Sul. A democracia pode muito bem ser a próxima forma política a compartilhar esse destino. Se assim for, a democracia – ainda que reduzida à mínima ideia de que votar é melhor que atirar e de que votos são preferíveis a balas – certamente sofrerá transformações em outras linhas que não as que conhecemos.

O processo histórico que testemunhamos pode ser interpretado de várias maneiras. Alguns o equiparam com o “fim da história”;² outros, com a democracia se transformando em “emblema” ou “significante vazio” e passando de símbolo de emancipação a um instrumento de poder.³ Certamente, o momento em que a democracia se torna um “horizonte” marca também um período em que tendências neo-oligárquicas surgem em sociedades que já são democráticas e em que atitudes populistas antipolíticas ganham protagonismo.⁴ No entanto, até que ponto faz sentido caracterizar o estado da democracia exclusivamente com base nesses desafios, isso ficará em aberto neste livro. A intenção aqui é, antes de tudo, analisar os recursos internos à disposição da democracia para resistir a essas pressões desiguais e oligárquicas e refletir sobre como, no futuro, esse regime será capaz permanecer fiel a seu princípio fundamental de autogoverno, ao mesmo tempo que afrouxa cada vez mais aquela ancoragem à nação que tanto contribuiu para seu sucesso na Idade Moderna e que enfrenta o desafio de fincar raízes em contextos culturais nos quais o valor da autonomia do indivíduo não é primordial. A democracia

só tem chance de se tornar uma forma política verdadeiramente universal se a democratização não se mantiver para sempre sinônimo – como tem sido há muito tempo – de ocidentalização e se abrir de fato à diversidade, em vez de consistir na exportação de instituições ocidentais e formas tradicionais.

Desse diagnóstico geral – um pouco diferente da com frequência proclamada “crise da democracia” –, segue-se uma dupla tarefa. Por um lado, devem-se identificar os novos desafios com que democracias do século XXI serão confrontadas nos países onde nasceram e se desenvolveram mais precocemente e devem-se explorar as formas de enfrentar tais desafios. Por outro, é preciso compreender os rumos pelos quais a democracia pode se transformar permanecendo fiel a si mesma nas *novas* áreas de sua expansão.

A democracia é coeva com a conversa filosófica sobre política iniciada por Platão em *A República*. Sua trajetória é peculiar. Durante 24 anos e meio dos 25 séculos em que se desenvolveu – notavelmente até 1945 –, a democracia foi pouco mais que *um* entre vários tipos de governo legítimo: o governo de muitos, em oposição ao governo de poucos sobre muitos. Contudo, desde a Segunda Guerra Mundial – a última das grandes guerras em que as potências ocidentais lutaram entre si, precisamente numa divisão que demarcava democracia *versus* ditadura –, a forma democrática nunca mais foi posta em causa no Ocidente (com exceção do período do prolongamento dos regimes autoritários na Espanha e em Portugal até os anos 1970 e da junta militar na Grécia entre 1967 e 1974), na Índia e no Japão. A partir da década de 1990, então, três grandes ondas de democratização varreram áreas onde antes esse regime nunca teve uma base forte: Europa central e oriental, América Latina, Sudeste Asiático, África do Sul e, recentemente, num processo ainda em curso, o Norte da África e o Oriente Médio.⁵ Agora também nessas partes do mundo a democracia deixou de ser mais *uma* para ser *a* forma quintessencialmente legítima de governo.

O fato de ela se tornar um “símbolo” – lamentado pelos teóricos de sua crise, sua transformação em insígnia usada pelos poderes para se autolegitimar – é, entre outras coisas, sintoma desse extraordinário sucesso histórico e do apelo intrínseco e quase irresistível da ideia de autogoverno – ideia capaz de mobilizar homens e mulheres em todas as latitudes, embora certamente esse apelo quase universal implique uma

pluralidade de significados nem sempre consistentes a serem atribuídos ao distanciamento do significante vazio “democracia”. Contestado não significa “vazio”, mas, ao contrário, um excesso de significação a se resolver.

Para um filósofo político deste mundo global, com vantagens óbvias para qualquer governo que pareça um regime democrático – acesso mais fácil a crédito internacional, ficar fora das listas negativas compiladas por organizações não governamentais (ONGs) que lutam por direitos humanos, fluxos de turismo mais intensos, maior atratividade para investimento estrangeiro –, uma tarefa fundamental é definir o que significa, para um regime político, ser tido como uma verdadeira democracia.

Alguns optam por uma estratégia processual. Conscientes da plasticidade quase ilimitada dos quadros culturais ancorados nas grandes religiões do mundo e subjacentes ao processo político local, esses teóricos constantemente aperfeiçoam suas ferramentas conceituais – eles olham para critérios como pluralismo partidário, confidencialidade dos votos e equidade eleitoral, frequência regular de eleições, formação de maiorias e de coalizões e sua eficácia no terreno executivo.⁶ Outros, entre os quais me coloco, consideram os critérios procedimentais sempre vulneráveis ao risco de uma “emulação banalizante” – nenhum parâmetro está imune a ser formalmente satisfeito, mas substantivamente desprovido de todo sentido.

Na verdade, até mesmo o vínculo crucial entre eleições e democracia passou por um escrutínio minucioso e crítico. Por um lado, a possibilidade de eleições sem democracia foi investigada na situação que levou à Primavera Árabe.⁷ Por outro, está em curso há mais de uma década, nas “democracias prósperas e seguras”, uma reflexão sobre a mudança de significado da representação eleitoral como momento decisivo da vida democrática, à luz da presença de oligarquias eletivas, da determinante questão do financiamento da campanha e o aval da mídia e do declínio da responsabilização dos representantes.⁸ Em um viés positivo, uma exploração de formas de representação “não eleitorais” dirigiu nossa atenção para o potencial democrático de formas de “representação discursiva” e até mesmo de “representação informal”, sendo esta última baseada em critérios, entre outros, de autenticidade ou “imaculação” dos representantes.⁹ De maneira mais geral, a necessidade percebida de repensar completamente a representação vem da percepção de que no

mundo global hoje faz cada vez menos sentido supor que a representação política só é real se for democrática, que só é democrática se for eleitoral e que só poderia ser eleitoral dentro do Estado-nação.¹⁰

Assim, neste livro seguimos uma estratégia alternativa: a saber, fazer a definição de democracia depender da ideia de um *éthos democrático* que subjaz e anima os aspectos processuais desse regime e que, ao mesmo tempo, sendo um produto histórico conectado com contingências, se mostre difícil de ser reproduzido à vontade e “trivialmente imitado”.

A democracia é, então, um *éthos* sobre o qual certos procedimentos são adotados e seguidos, não somente o formato desses procedimentos. O fragmento de Dewey citado como epígrafe ao lado da caracterização da democracia feita por Frank Michelman expressa de forma concisa e contundente essa ideia. No cerne deste livro, entre outras coisas, está a tentativa de identificar os contornos desse *éthos* democrático e destacar um aspecto dele que até agora permaneceu fora dos holofotes: a relação intrínseca da democracia com a abertura como valor público. Mais sobre isso será discutido no capítulo 2; no entanto, antes de abordar as questões normativas suscitadas pelo repensar da democracia depois de ela se tornar um horizonte, precisamos observar algumas tendências muitas vezes sequestradas pela expressão “crise da democracia” e definir o contexto da renovação.

A democracia como regime político está inserida no contexto mais amplo da sociedade. Montesquieu entendeu bem esse ponto quando, em *Do espírito das leis*, sugeriu que a estabilidade da democracia – em seu recorte apenas uma das versões da “república” – está ligada à difusão do que ele chamou de *vertu* e que pode ser entendida como uma cultura de priorizar o bem comum sobre bens particulares. Na mesma linha, Maquiavel defendeu com convicção que nenhuma “república” pode florescer e se consolidar em um contexto em que os cidadãos não estão acostumados ao que ele chamou de “*vivere civile*”. Essas reflexões apontam para a conotação enganosa veiculada pelo genitivo “da” na expressão “crise da democracia”. Usando uma metáfora botânica, pode-se dizer que a democracia enquanto regime político é como uma planta que, mantendo sua herança genética, pode ser semeada e crescer em solo fértil e está condenada a murchar e desaparecer em solo árido. Nossa atenção precisa ser direcionada mais para as qualidades do solo que para uma fraqueza intrínseca à planta democrática.

Hoje temos razões para acreditar que o solo – o contexto social, histórico, cultural e econômico mais amplo em que as democracias do século XXI devem funcionar – encontra-se mais *inóspito*.

Não começamos do zero nessa análise. Existe uma literatura abundante, que não cabe ser examinada aqui, exceto para relembrar o relato mais conciso das condições contemporâneas inóspitas para a democracia, com referência ao último terço do século XX, oferecido por Frank Michelman.¹¹ Ele menciona:

a) A imensa extensão do eleitorado, atingindo dezenas e às vezes centenas de milhões de cidadãos, o que infunde ou potencializa uma percepção de irrelevância associada à participação em eleições – percepção dificilmente posta em causa pelos “laços eleitorais” que têm pontuado a primeira década do século (Bush *versus* Gore nos Estados Unidos, Berlusconi *versus* Prodi na Itália e Calderón *versus* Obrador no México) – e incentiva a “ignorância racional” do cidadão comum.¹²

b) A complexidade institucional das sociedades contemporâneas – onde as diversas camadas de representação, do local ao nacional, dificultam a compreensão da relação entre o voto e suas consequências políticas reais – e a complexidade técnica das questões políticas, que também desestimulam a participação ativa dos leigos e interferem na responsabilização dos eleitos.¹³

c) O crescente pluralismo cultural dos eleitorados, típico de sociedades em que os fluxos migratórios se combinam a uma cultura pública receptiva à abertura e ao valor da diversidade, o que torna o consenso sobre os valores políticos e os *fundamentos constitucionais* mais instável e difícil de alcançar em relação às sociedades que ou são mais impermeáveis à imigração, ou mais inclinadas a aceitar a hegemonia pública da cultura da maioria – a condição de *hiperpluralismo* com a qual uma versão renovada do liberalismo político terá de chegar a um acordo consta no capítulo 4.

d) A qualidade anônima dos processos de formação da vontade política, ou seja, o surgimento de uma orientação e uma opinião política cada vez menos a partir da interação direta entre os cidadãos reunidos em locais públicos e agora quase exclusivamente por meio da exposição simultânea, porém isolada, a uma variedade de produções